

Cultura Urbanística: análise da Zona de Comércio do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes, RJ

Urban Culture: analysis of the Historic Downtown Trade Zone in Campos dos Goytacazes, RJ

Resumo: As transformações dos usos dos espaços da cidade aliadas à continuação de outros usos manifestam, ao longo dos séculos, o histórico local por meio da junção de fases pretéritas e contemporâneas. Contudo, através do desenvolvimento do meio urbano, verifica-se a modificação do caráter desses usos e, por vezes, o prejuízo no direito à cidade e à memória. Assim sendo, corrobora-se a necessidade de produzir o estudo teórico-conceitual das transformações urbanas para explorar as funções atribuídas juntamente às relações que permeiam o locus. O objetivo do presente artigo visa discutir e analisar as transformações da Zona de Comércio do Centro Histórico (ZCH) de Campos dos Goytacazes, município localizado no Norte Fluminense. Além disso, pretende-se compreender o valor histórico e social resultantes da cultura urbanística local. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica acerca da transformação dos espaços junto à ação de agentes modeladores, revisão histórico-documental dos usos e funções por meio de autores locais, observação e análise por meio da confecção de mapas. O trabalho resulta no mapeamento das transformações dos usos, além de contribuir com o conhecimento da estrutura socioespacial local. Por último, conclui-se que a ruptura na cultura urbanística municipal tem o poder de possibilitar o direito à cidade e à memória.

Palavras-chave: direito à cidade; centro histórico; cultura urbanística.

Abstract: The transformations of the uses of the city spaces allied to the continuation of other uses manifest, over the centuries, the local history through the junction of past and contemporary phases. However, through the development of the urban environment, there is a change in the character of these uses and, sometimes, a loss in the right to the city and to memory. Therefore, the need to produce the theoretical and conceptual study of urban transformations is corroborated in order to explore the functions attributed together with the relationships that permeate the locus. The objective of the present paper aims to discuss and analyze the transformations of the Historic Center Trade Zone (ZCH, abbreviation in Portuguese) of Campos dos Goytacazes, a municipality located in the North of Rio de Janeiro State. Furthermore, it intends to understand the historical and social value resulting from the local urbanistic culture. For this, the methodology used was the bibliographic review about the transformation of spaces together with the action of modeling agents, historical-documentary review of uses and functions by local authors, observation and analysis through the making of maps. The work results in the mapping of the transformations of uses, besides contributing to the knowledge of the local socio-spatial structure. Finally, it is concluded that the rupture in the municipal urbanistic culture has the power to enable the right to the city and to memory.

Keywords: right to the city; historic center; urban culture.

Thaís Conceição Feitosa Almeida

Professora tutora, UNISUAM; Pesquisadora, UFRJ/ Proarq-Grupo de Estudos de Arquitetura dos Museus, CNPq; Mestre em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) campus Campos-Centro; Especialista em Gestão Logística e Engenharia de Produção; Arquiteta e Urbanista, IFF Campos-Centro thais.almeida@fau.ufrj.br.

1. Introdução

Destaca-se, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, a coexistência e a reprodução de diversas classes sociais, assim como o fluxo de grande parte do capital financeiro da região, de modo que inúmeros interesses a circundam e a dominam, sejam eles: fundiários, comerciais, financeiros, imobiliários, dentre outros. À vista disso, o espaço urbano caracteriza-se como fragmentado, reflexo da sociedade, condicionante social, articulado, assim como local de conflitos sociais (CORRÊA, 1989). Nesta realidade, o espaço torna-se fragmentado, reflexo e condicionante social quando suas áreas e funções expressam a dualidade de classes sociais, a desigualdade e a mutabilidade, respectivamente; articulado, pois o capital produz o espaço, de forma que o capitalismo gera uma classe que domina os meios de produção, e outra que controla somente sua própria força de trabalho. Smith (1988) afirma que o Estado tende a se articular em favor da classe dominante. Ademais, é local de conflitos sociais a partir do momento que o desenvolvimento é desigual. Isso se expressa por meio de práticas que conduzem à contínua reorganização espacial através da inserção de novas áreas, do uso excessivo do solo, da degradação de setores, da renovação, dentre outras modificações do tecido urbano (CORRÊA, 1989).

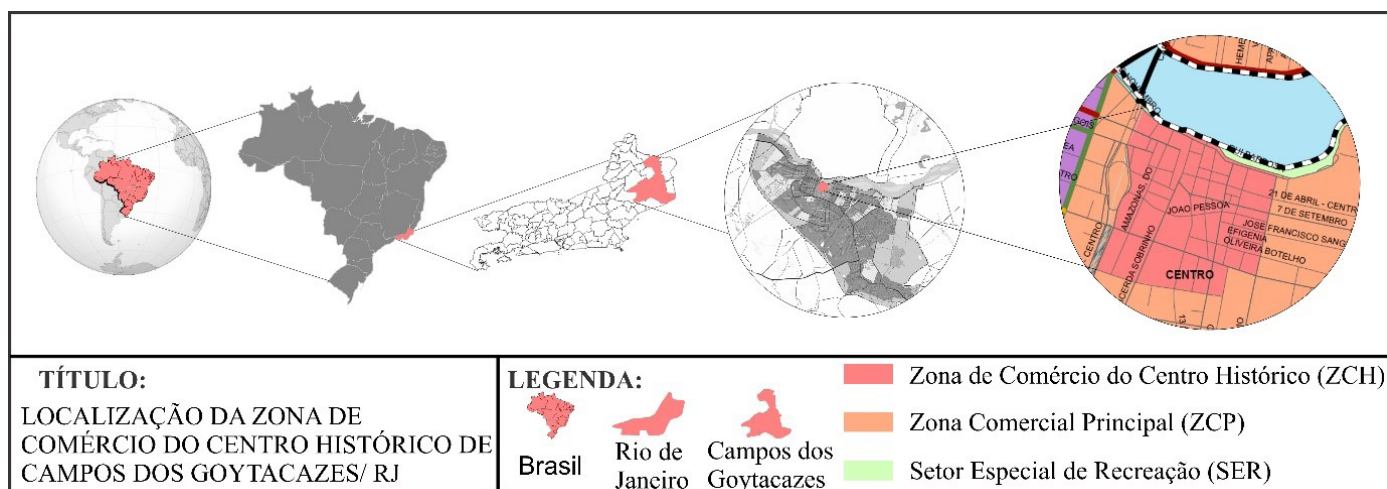
Em decorrência de inúmeros processos sociais como a acumulação do capital e a reprodução social, institui-se uma nova organização espacial mediante novas formas e funções. O espaço urbano é, então, um produto social de forma a ser o resultado da ação de agentes

modeladores do espaço. Essa ação deriva do interesse de proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Poder Executivo e, por vezes, grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989).

Através do desenvolvimento do meio, observa-se a modificação do caráter de usos de um determinado local, incidindo, em muitos casos, no prejuízo do direito à cidade. Entretanto, a continuação e a modificação dos espaços da cidade de forma harmônica podem se apresentar como fonte da memória histórica urbana, pois atuam por meio da representação de fases pretéritas e contemporâneas. Corrobora-se, então, a necessidade de realizar o estudo teórico-conceitual das transformações urbanas para explorar as funções atribuídas juntamente às relações que permeiam o locus.

Desse modo, este artigo discute e analisa a transformação dos espaços, além de compreender o valor histórico e social resultante da cultura urbanística da Zona de Comércio do Centro Histórico (ZCH) de Campos dos Goytacazes, município localizado no Norte Fluminense (Figura 1). Sobre essa área, tem-se que a ZCH prevê a alta concentração de comércio e serviços e baixa verticalidade “condicionada à presença de bens tombados, para a qual deve-se estimular o uso residencial e o uso misto da edificação” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, Subseção I, Art. 70, 2020). Em torno do objeto de estudo está a Zona de Comércio Principal (ZCP), que compreende também a concentração de comércio e serviços com a presença de bens de interesse cultural. Além disso, observa-se o Setor Especial de Recreação (SER) ao longo da Avenida Nelson de Souza Oliveira, atribuída como

Figura 1: Localização do objeto de estudo



Fonte: Elaboração própria com base no mapa de zoneamento – ANEXO III DA LEI 0016 (2020).

“áreas destinadas às atividades prazerosas, sejam elas de natureza física ou mental” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, Subseção I, Art. 82, 2020).

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica acerca da paisagem urbana, suas transformações e agentes modeladores, revisão histórico-documental dos usos e alterações do solo do objeto de estudo por meio de autores locais, observação e desenvolvimento da análise mediante a elaboração de mapas.

Para isso, o trabalho foi estruturado em dois eixos, além do resumo, da introdução, da conclusão e das referências bibliográficas. O primeiro eixo, denominado “Estudo teórico-conceitual das transformações urbanas”, foi responsável pela revisão bibliográfica dos conceitos por autores como Gottidinier (1993), Souza (2013), Smith (1988), Corrêa (1989), Lefebvre (2011) e outros.

O segundo eixo, intitulado “Transformação urbana da Zona de Comércio do Centro Histórico (ZCH) de Campos dos Goytacazes”, aborda a discussão do objeto de estudo por meio de autores como Feydit (1900), Assis (2016), Godoy; Aliprandi (2016), Faria; Quinto Junior (2017), entre outros. Trata também do resultado disposto pelo mapeamento das transformações dos usos.

2. Estudo teórico-conceitual das transformações urbanas

O conceito de produção social do espaço introduzido por Lefebvre destaca a organização socioespacial urbana como produto dos processos econômicos, políticos e culturais que regem a sociedade. Por consequência, a estruturação urbana – que se desenvolve segundo a setorização da sociedade, mas não de forma isolada – se verifica por meio da junção de inúmeros interesses que favorecem o desenvolvimento desigual do solo.

Para Gottidinier (1993), esse desenvolvimento desigual é um fenômeno que aparece indistintamente em todas as tipologias das sociedades industriais por processos que conduzem à constante reorganização urbana. Isso porque a estruturação espacial é produzida pela articulação do Estado e de grupos escolhidos, de forma a facilitar o desenvolvimento social para lugares em que, por motivos especiais, o poder atuante acredita ter potencial para satisfazer seus próprios interesses. Logo, o espaço urbano é expresso por seus usos e suas funções, que delimitam setores geográficos.

Nessa realidade, todos aqueles que atuam no processo

de estruturação da cidade de forma a produzir setores espaciais são definidos como agentes modeladores do espaço. Com a rigorosa ação deles, a cidade que antes era concebida exclusivamente sob a ótica do valor de uso é, hoje, apresentada como mercadoria de luxo, à qual somente poucos usufruem (CORRÊA, 1989; ARANTES; VAINER e MARICATO, 2002). Estabelece-se, assim, a “produção simbólica e de relações de poder” (SOUZA, 2013, p. 41).

Essa produção do espaço é resultado da atividade humana (SMITH, 1988). A cidade é produto da sociedade e, sobretudo, ferramenta utilizada por agentes espaciais modeladores e reprodutores como forma de garantir a soberania dos interesses privados. Como já citado, segundo Corrêa (1989), os agentes espaciais se apresentam na forma de proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos.

Os agentes modeladores do espaço são responsáveis pela produção de todo o meio através da criação de setores e da delimitação de áreas. Com isso, eles se apresentam como grandes consumidores do espaço, sobretudo os proprietários dos meios de produção. Dessa forma, a terra urbana comporta-se como suporte físico e expressão de determinadas necessidades locais, a fim de atender ao desejo desses agentes.

Grande consumidor do espaço, o Poder Executivo pode atuar como proprietário industrial, proprietário fundiário, promotor imobiliário e agente regulador do uso do solo – sua função legítima. Todavia, seu destaque está na ação reguladora do território com a implantação de infraestrutura e elaboração de leis de zoneamento e uso do solo regidas também por proprietários e empresas que atuam em sincronia com o Estado como facilitador de seus próprios interesses.

Já os grupos sociais excluídos são agentes modeladores na produção de favelas e ocupações irregulares – produtores do seu próprio espaço como forma de resistência e sobrevivência – sem poder de escolha para configurar os setores onde deverão habitar. Dessa forma, por meio da delimitação de áreas com benefício de infraestrutura básica para receber as classes mais solváveis, ou através do seu prejuízo para receber a menos abastada, consolidam-se, assim, condições que visam a continuação da reprodução da subordinação das classes sociais a outras, conforme expresso por Corrêa (1989):

[...] O Estado [...] cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação. Assim, os diferenciais de imposto territorial e predial são um forte fator discriminante, afetando o preço da terra

e dos imóveis e, como consequência, incidindo na segregação social [...] (CORRÊA, 1989, p. 26).

O governo e todo o poder privado atuam como agentes modeladores e opressores, com forças para destruir a cidade, seu convívio, sua multiculturalidade e toda a diversidade que outrora fora natural ao espaço urbano, para priorizar o capital. Logo, a atuação desses agentes na reorganização do espaço visa o deslocamento das classes sociais menos favorecidas por meio do processo de segregação, de forma a delimitar os sujeitos e os usos. Conforme destacado por Lefebvre (2011, p. 104), “[...] o sentido político da segregação como estratégia de classe é bem claro”.

Nesse sentido, afirma-se que, por vezes, a ação do Poder Executivo visa atender aos interesses do capital; consequentemente, o Estado não atua de maneira neutra para moldar o espaço urbano, mas, sim, a fim de priorizar esses interesses em detrimento do direito coletivo ao direito à cidade. Logo, o sistema de reprodução de classes sociais, por meio da ação de diversos agentes produtores do espaço, atua em seu próprio interesse com o intuito de maximizar seus lucros.

Logo, inexiste o equilíbrio dentro da sociedade, sobretudo no espaço urbano. Nesse sentido, o desenvolvimento desigual é expressão da diferenciação do capital e do trabalho (SMITH, 1988). Ademais, observa-se a soberania do poder privado sobre o coletivo, no qual o Estado, que deveria atuar como regulador, age de forma a majorar tal soberania. Assim, a cidade torna-se objeto de especulação retida pelos agentes modeladores do espaço, que atuam através de políticas e transformações urbanas para gerar a segregação e o prejuízo da diversidade natural das cidades brasileiras.

3. Transformação urbana da Zona de Comércio do Centro Histórico (ZCH) de Campos dos Goytacazes

Originalmente, o lado central da urbe foi habitado pelos índios Goytacá, e o subdistrito de Guarus, pelos índios Guarulhos. Nesse momento, nota-se a delimitação do locus pelo rio Paraíba do Sul em dois lados distintos. Essa divisão foi agravada por rumores logo no início da formação da urbe. Tais versões salientavam que, em dado momento, os capuchos incitaram os índios Garulhos contra moradores locais, de maneira que, segundo Feydit (1900, p. 132), “os índios lançaram fogo, servindo-se para isso de flechas que levavam algodão inflamado. Os

moradores que não fugiam para não morrerem queimados não escapavam das flechas”. Assim:

[...] O povo da Vila de São Salvador [Campos dos Goytacazes], aterrando-se com as notícias que recebia de Guarulhos, achando-se rodeado por aldeia de índios, pensou que podia acontecer a mesma coisa, e pediu aos oficiais da câmara providências. Os vereadores escreveram ao rei D. João V, pedindo pólvora e artilharia para defender a Vila, em caso de ataque (FEYDIT, 1900, p. 132).

Já em fins do século XIX e início do século XX, configurou-se a expansão do município em direção ao norte, ou seja, em direção a Guarulhos. Aqui, sua população foi caracterizada como gentio, ressaltando ainda mais as diferenças entre os povos dos dois lados (ASSIS, 2016). Dessa forma, desde o início, observou-se a contradição exposta por rumores e pela delimitação do rio Paraíba do Sul, amenidade esta que se destacou como barreira física, de forma a separar o local em dois segmentos distintos.

Com o advento da colonização do lado de Guarulhos e, em seguida, o sistema escravagista, a população escrava se intensificou de modo a superar a população livre nesse local (ASSIS, 2016). Guarus tornou-se, então, território ocupado por antigos escravos que não tinham oportunidades de trabalho nem de moradia. Nessa realidade, a cidade sempre se mostrou dividida entre dois polos, onde o lado central foi ocupado pelas classes mais solváveis e rodeado pelo interesse de diversos poderes privados, e o lado de Guarus, habitado pelas classes marginalizadas e excluídas do convívio da área central.

Nessa perspectiva, o lado central era compreendido como sinônimo de supremacia em relação à outra parte da urbe, e o de Guarus, visto com preconceito, denotando inferioridade, de modo a ser várias vezes cenário do recebimento de grupos excluídos por inúmeras políticas urbanas com foco no higienismo e na segregação na área central. Para Godoy e Aliprandi (2016), os planos e as políticas urbanas foram concebidos de forma desigual dos dois lados do Rio. O lado direito, segmento da área central da cidade, foi palco de grande parte dos planejamentos e projetos urbanísticos, assim como objeto para receber recursos e investimentos. Já o lado esquerdo, localizado no subdistrito de Guarus, não obteve tantos investimentos ou recursos quanto o outro lado.

Diante disso, pode-se compreender os processos transformadores do espaço junto às relações que compõem o município de Campos dos Goytacazes. Todavia, neste momento, este estudo destaca o processo

evolutivo territorial do lado direito do rio. Iniciando esta abordagem, tem-se, de acordo com Faria e Quinto Junior (2017), que o período de ocupação indígena não trouxe grandes transformações na paisagem graças à relação harmoniosa desse grupo com a natureza. Por meio de inúmeras tentativas de ocupação, em dada época ocorreu a colonização da área central da urbe. Assim, próximo ao rio Paraíba do Sul, principal responsável pelo escoamento da produção, se formou o primeiro centro comercial junto à vila que deu origem a Campos. Dessa forma, com a chegada do colonizador e a introdução de um modelo de produção, a paisagem urbana se alterou com maior intensidade, começando o ciclo de grandes transformações da urbe.

Dessa maneira, para Godoy (2021, p. 89), a estrutura da cidade de Campos dos Goytacazes “tem raízes na formação histórica e econômica do município, fundado no modelo colonial de exploração mercantil, com pilares no latifúndio, na mão de obra escrava e na exportação de produtos primários”. Ainda no final do século XVIII, a população campista residia principalmente nas áreas rurais. Logo, para Quinto (2016), o modelo de produção era articulado para a exportação, de forma a caracterizar a área como grande concentradora fundiária, já que as terras tinham que ter largas extensões para atender à demanda. Assim, o processo de desigualdade do solo local foi iniciado, de maneira a se intensificar a diferenciação entre as classes sociais, isso porque a formação da vila de São Salvador se deu prioritariamente com uma classe, tomando e se apropriando das áreas consideradas mais vantajosas.

Nesse contexto, em 1902, foi concebido o projeto urbanístico – com base higienista – do engenheiro sanitariano Saturnino de Brito, produto do desejo da modernização local. Tal projeto encontrou dificuldades para sua realização, visto que a realidade urbana em Campos dos Goytacazes demonstrava resistência à sua implantação, por ser um lugar com grande presença de pântanos, brejos e áreas alagadiças, além do crescimento da população, que por falta de opção foi residir nessas áreas (FARIA, 2000).

Isso porque “nesta população pobre, é necessário contar, após a abolição da escravidão, a recente classe de ‘pequenos trabalhadores urbanos’ cujas condições de vida e de habitat são particularmente ruins”. Faria (2000) também destaca que, ao longo desse período, foi “preciso enfrentar outro desafio: erradicar as enfermidades epidêmicas, como a peste bubônica que assola a cidade nos primeiros anos do século XX”. Situação que, de acordo com Faria (2000), “se agrava com a grande inundação de

1906 que destruiu 236 construções das partes baixas e foi acompanhada por epidemias transmitidas por ratos e consequentemente a peste” (FARIA, 2000, p. 3). Sobre isso, Pohlmann (apud FARIA, 2005) destaca:

A partir de 1902, a municipalidade iniciou medidas incisivas sobre a higiene do espaço público, principalmente nas ruas centrais da cidade, normatizando as condutas e o uso deste espaço. Em uma sessão extraordinária, os membros da Câmara resolveram proibir a permanência de quitandas na área central. [...] Na concepção dos comerciantes, a presença de ambulantes denegria a imagem da cidade. As decisões da Câmara apoiavam-se nos discursos que disseminavam a ideia de que tudo que se relacionava aos pobres era considerado desordem (POHLMANN, 2003, p. 74-76 apud FARIA, 2005, p. 4784).

Nesse sentido, o urbanismo moderno de Campos se deu durante as décadas de 1930 e 1940, prioritariamente nos anos 1940, com o começo da expansão territorial, intensificando as desigualdades nesse espaço. Desse modo, o então prefeito Salo Brand compreendeu os problemas em que a cidade se inseriu, como econômico, social e urbanístico. Assim, pretendeu ressignificar o quadro urbanístico por meio de reformas e renovações do solo local. Surgiu, então, o plano urbanístico de 1944, de Coimbra Bueno, com o objetivo principal de corrigir os planos anteriores, que visavam não só valorizar e embelezar a área central, como também orientar a expansão da urbe. Entretanto, nas décadas de 1950 e 1960, emergiram critérios que não foram solucionados durante o Plano de 1944, provocando a intensificação da desigualdade entre classes por meio da dualidade centro-periferia (FARIA, 2005).

A partir das crises do café, durante as décadas de 1940 e 1950, e por meio do declínio da indústria sucroalcooleira na década de 1970, ocorreu um grande êxodo rural no município. Ainda nas décadas de 1950 e 1960, iniciou-se o processo de favelização da cidade. Dessa maneira, ao longo da década de 1980, acentuou-se o número da população urbana no município campista, de forma que o local não teve infraestrutura para suportar a totalidade dela. Com o aparecimento de problemas socioespaciais, o então prefeito da cidade, Raul David Linhares, elaborou, em 1979, o Plano de Desenvolvimento Urbanístico e Territorial de Campos (PDUC) baseado no Plano de 1944. As leis dos perímetros urbanos, lei de zoneamento, os uso e parcelamento do solo e o código de obras estavam contidos nele (FARIA, 2000; FARIA, 2005).

Por conseguinte, foi através da grande modificação na estrutura socioespacial da cidade – ocorrida nas últimas

décadas do século XX – e por essas transformações estruturais internas e externas que o fenômeno do surgimento de novas centralidades foi possibilitado. Por meio da descentralização, novos subcentros foram estruturados oferecendo serviços especializados como a área contígua da BR 101, a Codin, dentre outros localizados nos bairros voltados para as classes menos abastadas. Nesse período, Campos já era dotada de centro, subcentro e centro especializado. Pelos constantes alagamentos no município, o poder privado e as classes mais solváveis passaram a direcionar seus interesses para o bairro Pelinca justamente por ser um dos pontos mais altos da urbe, tornando-se um local protegido e privilegiado. Houve, por consequência, ao longo do tempo, a densificação do solo nessa região, consolidando-se um núcleo de comércio e de serviços públicos e privados (QUINTO, 2016).

Surgiram, ademais, outros polos de adensamento da classe mais favorecida economicamente como o Parque Flamboyant e o Parque Califórnia, no entanto, eram e são caracterizados como bairros residenciais, já que não havia e não há grande representatividade de comércio e atividades como na Pelinca. Desses novos adensamentos se derivou o prejuízo no uso do primeiro centro, porém a região continuou com sua importância por diversos fatores, dentre eles a conexão entre distintos bairros pelas linhas de transporte e pelo comércio especializado (QUINTO, 2016). Batista e Santos (2018) assim destacam que o desenvolvimento de novas centralidades na cidade campista se atribuiu por:

[...] fatores relacionados à produção global, fatores nacionais – como a intensificação na adoção de políticas neoliberais nos anos 1990, a crescente difusão e intensificação do uso do automóvel (o que tem determinado a produção das cidades

em função, prioritariamente, dos deslocamentos utilizando este meio de transporte) e de novas tecnologias da informação e comunicação –, além de fatores particulares relacionados, predominantemente, com o setor econômico e político, anteriormente ligado à produção sucroalcooleira e, atualmente, sob prevalência do setor comercial e de serviços. A expansão destes últimos tem a ver, em grande parte, com a exploração do petróleo na Bacia de Campos e a expectativa gerada pela

Para Batista e Santos (2018, p. 22), “essa formação de novas áreas de concentração de comércios e serviços na cidade altera tanto os padrões de uso e de ocupação do solo quanto a dinâmica intra e interurbana”. Além disso, os autores acrescentam que a “transformação na morfologia que não é apenas fruto da multiplicação de centros na cidade, senão ainda da especialização de tais centros”. Dessa maneira, para eles, a morfologia da cidade campista se apresenta com “multi(poli)centralidade”.

Particularmente, a área central de Campos dos Goytacazes denota alteração quanto à intensidade e à motivação dos usos, mostrando-se objeto de diversas políticas urbanas como a renovação do solo, que, juntamente com a especulação imobiliária, favorece um contexto de prejuízo no direito à cidade, por meio de um ambiente não qualificado e não propício à permanência, e no direito à memória, devido ao abandono patrimonial arquitetônico.

Por meio de fontes locais como imprensa, relatos de pesquisadores e observação alcançada através de pesquisa in loco, verificou-se a constante desvalorização urbana e patrimonial histórica. Nessa realidade, nota-se a ocorrência desse desmonte do patrimônio arquitetônico em toda a cidade, em particular, no objeto de estudo deste artigo, conforme visualizado na Figura 2:

VAGAS LIMITADAS

DOUTORADO

COM LINHA DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UNIVERSIDADE
CANDIDO
MENDES

Figura 2: Degradação do patrimônio arquitetônico da ZCH



Fonte: Elaboração própria com base em Terceira Via e G1 (2018). Google Street View.

4. Resultado

Por meio deste estudo, compreendeu-se a desvalorização e a alteração de toda a ZCH de Campos dos Goytacazes quanto aos seus usos e funções, incidindo no prejuízo da preservação do patrimônio arquitetônico. Além disso, esse desmonte ocorreu de forma gradual, em que a ausência de manutenção e uso ocasionou a intensificação da degradação, incorrendo, muitas vezes, na realocação do

valor de uso para exclusivamente valor de troca, com o aparecimento de inúmeras áreas ociosas e estacionamentos improvisados. Nessa realidade, o apagamento de bens riquíssimos culturalmente atua de maneira a silenciar parte da história e a modificar diretamente as funções e os usos do cenário urbano local (Figura 3).



Figura 3: Mapa de transformação dos usos



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Anteriormente, essas áreas ociosas e estacionamentos improvisados expressavam-se, em sua maioria, por arquiteturas históricas ecléticas e utilizadas como residências; por exemplo, a área em que se atribuía a numeração “1” era a residência do senhor Alexandre Deute e representava o ecletismo arquitetônico. Outras tinham a dupla função de residência/comércio, como a numerada com “2”. A residência/mercearia tinha como proprietário o senhor Chico Longo (PIMENTEL, 2022).

Já a área de número “3” foi residência do senhor Francisco Antônio Isabel, tombada pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (Coppam) em 2015; no entanto, esse tombamento não impediu sua destruição.

Outros terrenos como os de numeração “4” e “6” tinham a função de padaria e supermercado, respectivamente (PIMENTEL, 2022).

O “5” já foi solo do Cine Capitólio. Os “7” e “8” foram utilizados como parte do comércio tradicional da cidade, constituindo-se sapatarias, a Henriques e a Almeida, respectivamente. A primeira delas acabou demolida por um erro na obra, acarretando o falecimento de uma senhora, atingida por parte da estrutura da construção; e a segunda foi destruída pelo fogo (PIMENTEL, 2022).

Parte da arquitetura perdida no objeto de estudo tinha a função ligada à permanência através do uso residencial

e de comércio de apoio a esse uso, como padarias, minimercados e supermercados; hoje, são, em sua maioria, estacionamentos e áreas ociosas. Dessa forma, essa mudança de usos e funções alterou completamente a dinâmica urbana e social.

Desse modo, ao longo dos anos, houve modificações no uso e no valor atribuído por meio da alteração da função do solo. Tal fato denota o processo de especulação agindo sobre essa estrutura socioespacial e incidindo diretamente na fragmentação dos espaços urbanos, no fomento à segregação social, no aumento de áreas sem função social, no prejuízo da vivência e destruição do patrimônio arquitetônico. Todas essas situações causam danos à diversidade, ao permanecer e não simplesmente passar e, conseqüentemente, à identificação social do campista pela área central da cidade, pois “as reformas urbanas têm incidência direta na memória coletiva e pertencimento do cidadão com a área central da cidade, particularmente, no município de Campos dos Goytacazes” (ALMEIDA, 2022, p. 758).

5. Conclusão

A produção da cidade pela atuação do Poder Executivo – através de políticas urbanas – impõe, em muitos casos, a segregação da população menos favorecida. Assim, a setorização do espaço urbano é realizada pela diferenciação das classes sociais, pela negligência da infraestrutura que acolhe a prática do relacionamento e pela atribuição do valor de troca sobre o meio. Portanto, através deste trabalho, entende-se que a cidade – em especial, o Centro Histórico de Campos dos Goytacazes – é objeto de especulação devido ao urbanismo vigente.

Através de processos transformadores como a centralização, a segregação e a descentralização, a atuação do Estado junto aos agentes privados é expressa em uma cultura urbanística baseada no higienismo e na renovação do solo por meio da transformação do cenário urbano e patrimonial arquitetônico, de modo que a especulação imobiliária incide, por vezes, na destruição de arquiteturas históricas a fim de gerar terrenos obsoletos que aguardam a iminente valorização da terra.

Verifica-se a relação intrínseca entre os poderes atuantes na ZCH junto às grandes transformações urbanas e arquitetônicas, modificadoras das funções e dos usos locais, com prejuízo na vivência e na identificação do local pelo cidadão. O poder dominador exercido pelo Estado e pelas instituições privadas transformaram o espaço em benefício próprio, sobrepondo-se ao interesse coletivo, seja o derivado do direito ao valor de uso que um espaço

deve exercer, seja do direito à memória coletiva. Logo, o direito de se apropriar e o direito de conhecer a história se relacionam com a identificação social de um local.

Portanto, cabe ao governo municipal o desenvolvimento da prática de um urbanismo democrático. Defende-se, assim, neste artigo, a ruptura dessa cultura urbanística através de um planejamento democrático que vise a qualidade de vida local, possibilitando o direito à cidade e à memória, de modo a garantir a coexistência harmônica das arquiteturas pretérita e atual, para, assim, serem perpetuados os valores histórico, social e cultural sobre todo o meio.

Referências

- ALMEIDA, T. C. F. DISCUSSÃO DE POLÍTICAS URBANAS EM PROL DO HIGIENISMO SOCIAL: Reformas urbanas na área central de Campos dos Goytacazes/RJ. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE PEQUENAS CIDADES, VI, 2022, Campo Grande, MS. **Anais [...]** Campo Grande, MS: UEMS, 2022, p. 927 – p. 940. Disponível em: <https://eventos.uems.br/pagina/p/simposio-nacional-sobre-pequenas-cidades/anais>. Acesso em 16/08/2022.
- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ASSIS, R. L. “Morador de Guarus” Categorias morais mobilizadas em situações de copresença na cidade de Campos dos Goytacazes. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, Brasil, v. 15, n. 45, p. 28-38, dez. 2016. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/AssisArtDossie.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2022.
- BATISTA, H. F.; SANTOS, L. B. Campos dos Goytacazes: de uma cidade mononucleada à multi(poli)centralidade. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**, Ituiutaba, v. 9, n. 2, p. 04-24, jul./dez. 2018.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Lei complementar nº 0016, de 07 de janeiro de 2020**. Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do município de Campos dos Goytacazes, RJ. Disponível em: encurtador.com.br/ahyV1. Acesso em: 15 de abril de 2021.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 1ª ed. São Paulo, SP: Ática S.A, 1989.
- FARIA, T. D. J. P. As reformas urbanas de Campos e suas contradições: O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. **Universidade do Norte Fluminense /Centro de Ciência do Homem: Lab. de Estudos do Espaço Antrópico**, Campos dos Goytacazes, p. 2 – p. 14, out. 2000. Disponível em: encurtador.com.br/jtlQ4. Acesso em: 30 jul. 2019.
- FARIA, T. P. Configuração do Espaço Urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo, SP. **Anais [...]** São Paulo, SP: Ática S.A, 2005, p. 4778 – p. 4799.
- FARIA, T. D. J. P.; JUNIOR, L. D. P. Q. Rio e História Urbana: o papel do rio Paraíba do Sul na criação e desenvolvimento do município de Campos dos Goytacazes [RJ]. **Labor & Engenho**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 103 – p. 115, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/8649764/1619>. Acesso em: 24 de maio de 2021.
- FEYDIT, J. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes**. 1ª ed. Campos dos Goytacazes, RJ: J. Alvarenga &Company, 1900.
- GODOY, A. L. C. **O resultado da aplicação dos royalties do petróleo na intensificação da segregação espacial e nas transformações urbanas de Campos dos Goytacazes/RJ (1997-2020)**. 2021. 201 p. Tese (Pós-graduação em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2021.
- GODOY, A. L. C. D.; ALIPRANDI, D. C. O Rio Paraíba do Sul como fronteira no tratamento desigual dos espaços livres públicos na cidade de Campo das Goytacazes/RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL, XIII, 2016, Salvador, BA. **Anais [...]** Salvador, BA: UFBA, 2016, p. 632 – p. 645.
- GOTTDINIER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. 1ª ed. São Paulo, SP: EESC, 1993.
- G1. Quarto andar de prédio histórico que desabou parcialmente em Campos, RJ, será demolido. **Jornal G1**, Campos dos Goytacazes, RJ, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/quarto-andar-de-predio-historico-que-desabou-parcialmente-em-campos-rj-sera-demolido.ghtml>. Acesso em: 15 de maio de 2022.
- LEFEBVRE, H. **Direito à Cidade**. 6ª ed. São Paulo, SP: Centauro, 2011.
- PIMENTEL, J. **Informações concedidas pelo integrante do Coppam e historiador João Pimentel**. Campos dos Goytacazes, RJ. 2022.
- QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo. Informação fornecida pelo docente Luiz de Pinedo Quinto Junior durante suas aulas da matéria de Planejamento Urbano, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo no IFF, Campos dos Goytacazes, RJ. 2016.
- SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil S.A, 1988.
- SOUZA, M. L. de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.
- TERCEIRA VIA. Abaladas estruturas: prédios históricos amargam deterioração. **Jornal Terceira Via**, Campos dos Goytacazes, RJ, 8 abr. 2018. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2018/04/08/abaladas-estruturas/>. Acesso em: 19 de junho de 2022.